



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário, para os Edifícios Sede, Anexos I e II, o Depósito Multiuso de Palhoça/SC e os Cartórios Eleitorais deste Tribunal.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é formado em sua estrutura física pelo prédio sede e anexos que abrigam a sede do TRE/SC e por imóveis em todo o Estado que abrigam as 98 Zonas Eleitorais.

Tal estrutura demanda continuamente a necessidade de manter os locais de trabalho com todo o mobiliário e equipamentos necessários para garantir o funcionamento dos serviços e conforto dos servidores.

Nesse sentido, faz-se necessária a manutenção de mão de obra que permita realizar a movimentação do mobiliário, incluindo a montagem de ambientes novos com movimentação de móveis e equipamentos, bem como pequenas mudanças internas, e ainda, recolhimento de bens para manutenção e devolução dos mesmos.

Em função da grande estrutura, há diariamente um volume muito grande de atendimento, para distribuição de bens novos, recolhimento desses bens/equipamentos quando em manutenção, conforme relatado acima.

A estrutura da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis é responsável pela aquisição de todo o mobiliário do Tribunal e sua distribuição, bem como de realizar a manutenção desses móveis e adquirir e distribuir todos os equipamentos, exceto os de informática. Como exemplos de equipamentos podemos citar bebedouros, aparelhos telefônicos, desumidificadores de papel, fragmentadoras, cafeteiras, televisores, apoio para pés, aparelhos de ar condicionado, ventiladores entre outros.

Assim, a contratação de profissionais do mobiliário tem por objetivo apoiar a seção na distribuição e movimentação dos bens e realizar a manutenção necessária, uma vez que não há, no quadro funcional deste Órgão, servidores cujas atribuições de seus cargos sejam as especificadas para realizar esses serviços.

Dessa forma, é essencial a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário, para o prédio sede e edifícios anexos I e II deste Tribunal, o Depósito de Urnas e de Móveis, o Almoxarifado e os Cartórios Eleitorais.

1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Diante da necessidade exposta no item 1.1, surge a necessidade da contratação de empresa para a prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos para atendimento das demandas do TRESC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários aos serviços são de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada, sem ônus para o TRESC.

Os materiais e peças de reposição ou recuperação para a realização dos serviços de manutenção dos móveis serão fornecidos pelo TRESC e deverão ser empregados obedecendo-se às especificações do fabricante, ou na falta destas, dentro da técnica adequada para o seu melhor aproveitamento, sob pena de ressarcimento ou reposição, quando danificados por imperícia dos prestadores de serviços.

Quando houver necessidade de deslocamento dos profissionais para atendimento às demandas das Zonas Eleitorais do interior, o traslado será realizado em veículo do TRESC, porém o prestador de serviço será ressarcido das despesas com a viagem por meio de uma taxa diária de deslocamento.

1.2.1 Requisitos Funcionais

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são as atividades relacionadas aos serviços necessários para executar as atividades, conforme descrito a seguir:

- montagem, desmontagem e reparo de móveis em geral (mesas, cadeiras, estantes e armários), incluindo lixamento, pintura, reaperto de parafusos, instalação ou substituição de peças, tais como gaveteiros, portas, prateleiras, dentre outros;
- serviços de marcenaria e carpintaria no mobiliário de patrimônio do TRESC, sempre que solicitado pela Gestão ou Fiscalização do Contrato;
- instalação de rodízios, puxadores, fórmicas, etc., nos diversos móveis do Tribunal e Cartórios;
- instalação de equipamentos diversos, tais como: quadros, murais, equipamentos eletroeletrônicos de fácil instalação, acessórios de mobiliário, escritório e suportes em geral;
- serviço de transporte de materiais, equipamentos e móveis, bem como a organização de ambientes;
- organização de estoque, incluindo separação, classificação e carregamento de materiais;
- controle de entrada e saída de bens e equipamentos, por meio do registro do seu patrimônio, em formulário próprio, disponibilizado pelo fiscal do contrato, quando da sua movimentação.
- execução de serviços gerais da área de manutenção de móveis; e
- realizar outras atividades correlatas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2.2 Requisitos Não Funcionais

Na execução dos serviços deve haver disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade e, principalmente, qualidade na realização de cada atividade.

Os equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários aos serviços são de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada, sem ônus para o TRESC.

1.2.3 Requisitos Externos

Os prestadores de serviço devem ter a qualificação mínima, devendo ter experiência comprovada na função de Profissional da Indústria do Mobiliário, através do fornecimento de currículos, que abranjam das atividades definidas neste documento.

Os Profissionais do Mobiliário deverão possuir certificado de realização do curso definido na Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, aplicáveis a presente contratação.

1.3 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Contratação de serviços terceirizados, com disponibilização de mão de obra para movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário.

1.4 Contratações Públicas Similares

Não foi possível localizar contratações públicas similares à presente contratação.

1.5 Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não há no mercado qualquer outro tipo de serviço que atenda da mesma forma que o já apontado no subitem 1.4, impossibilitando qualquer comparação.

1.6 Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não aplicável a esta contratação.

1.7 Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

Entendemos que a única forma de contratação é a execução de forma indireta, por meio de contratação de empresa para prestar serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8 Custos Totais da Demanda

Os custos serão verificados mediante pesquisa de mercado. Dessa forma, para subsidiar uma eventual contratação, consigna-se o valor mensal do atual Contrato n. 090/2016 (Termo Aditivo n. 022/2021), de **R\$ 10.709,80 (dez mil, setecentos e nove reais e oitenta centavos)**, para uma prestação de serviços de 2 profissionais, com carga horária de 40h semanais.

O valor de R\$ 48,13 (quarenta e oito reais e treze centavos) para o pacote de serviço adicional.

Em caso de deslocamento do funcionário, a taxa diária é no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

1.9 Escolha e Justificativa do Objeto

A contratação envolve serviços de natureza continuada, necessários à adequação e a manutenção dos bens que compõem o patrimônio público, permitindo o bom andamento das atividades da Justiça Eleitoral em Santa Catarina.

A interrupção dos serviços pode comprometer a continuidade das atividades e a presente contratação poderá se estender por mais de um exercício financeiro e de forma contínua.

A escolha deste modo de prestação de serviço, com pessoal residente, se deve a necessidade de um pronto atendimento, principalmente nos anos eleitorais, uma vez que a adoção de medidas deve ser de forma eficiente e rápida, a fim de não comprometer o calendário eleitoral, visto que as atividades relativas às eleições são fixas, não podendo ser prorrogadas.

Dessa forma, podemos concluir que a solução de contratação adotada neste momento é a que melhor atende as necessidades da Administração.

1.9.1 Descrição do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário, incluindo as atividades listadas no subitem 1.2.1, na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços deste Tribunal.

1.9.2 Alinhamento do Objeto

Trata-se de atividade de suporte, na prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário, especificamente para os serviços relacionados à SAEM. Dessa forma, não verificamos a possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRES.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9.3 Benefícios Esperados

Por meio desta contratação, se poderá prover os recursos e ações necessários para manter-se a funcionalidade dos bens e equipamentos e a melhor adequação dos locais, com ambientes montados de forma a permitir o bom atendimento prestado pela Justiça Eleitoral.

Os resultados pretendidos serão observados por meio do controle de execução de requisições de serviços, via sistema próprio, exigindo-se sempre o emprego da melhor técnica de execução, com observação das normas técnicas de execução e segurança aplicáveis, buscando racionalização e economia no emprego dos recursos disponíveis, podendo ser observados aspectos como:

- I – resultados alcançados em relação à empresa contratada, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- II – recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III – qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV – adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V – cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- VI – satisfação do público usuário.

A mensuração dos resultados será avaliada através de critérios estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço - ANS, no qual serão definidos os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações no pagamento da contratada. Pois, o preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto desta contratação referir-se-á à execução com a qualidade mínima exigida, por conseguinte a execução dos serviços contratados que não atinjam os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos do Artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

1.9.4 Demanda Prevista e Contratada

Estima-se a quantidade adequada de profissionais para atender às necessidades do TRESC em 2 (dois) profissionais com carga de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no horário das 7 às 20 horas.

Profissionais do Mobiliário	Quantidade	Unidade	Total de horas
1 funcionário: 12 meses x 22 dias/mês x 8 horas/dia = 2.112 horas	2	Funcionário	4.224 horas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os dois profissionais atuarão nas mudanças dos locais dos Cartórios Eleitorais e/ou abertura de Postos de Atendimento, bem como mudança ou montagem de leiaute. Todas as mudanças são realizadas por profissionais do mobiliário, com retirada de todos os bens e equipamentos do imóvel antigo e transportado para o novo. Estas atividades demandam, sempre, de 2 a 3 dias de permanência dos profissionais, realizando as atividades dentro da jornada prevista, ou até mesmo, quando necessário, com horas extras, para conclusão das tarefas.

Além disso, a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, por vezes, realiza a distribuição de móveis e equipamentos em todo o Estado, e quando necessário ainda executa o recolhimento dos bens para o Tribunal e pequenos reparos nos móveis.

Tudo isso vem sendo executado, pela equipe do mobiliário, em caminhão de propriedade do TRESC, o que tem resultado em economia e maior agilidade na prestação dos serviços, uma vez que diminui-se sobremaneira a utilização da Reunidas (atual contratada para o transporte rodoviário de cargas) para a entrega desses móveis, trazendo maior efetividade para os trabalhos executados.

Por esses motivos expostos, este Tribunal necessita dos serviços de 2 (dois) profissionais do mobiliário para realizar essas atividades, valendo a observação que, caso haja um grande número de demandas relativas a essa área de prestação de serviços, existe a possibilidade da contratação de pacotes adicionais de serviços.

1.10 Adequação do Ambiente

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária qualquer adequação
Logística de Implantação	Não será necessária qualquer adequação
Espaço Físico	Não será necessária qualquer adequação
Mobiliário	Não será necessária qualquer adequação
Impacto Ambiental	Não será necessária qualquer adequação

1.11 Orçamento Estimado

O valor mensal atualmente pago é de R\$ 5.354,90 (cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), para uma prestação de serviços de 1 (um) profissional, com carga horária de 40h semanais.

O valor de R\$ 48,13 (quarenta e oito reais e treze centavos) para o pacote de serviço adicional.

Em caso de deslocamento do funcionário, a taxa (diária) é no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2 Sustentação de Contrato

2.1 Recursos Materiais e Humanos

Os equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários aos serviços são de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada, sem ônus para o TRESA. Em caso de necessidade de deslocamento dos profissionais, no Estado de Santa Catarina, será disponibilizado veículo do TRESA.

2.2 Continuidade do Fornecimento

A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.3 Transição Contratual

O gestor do contrato fornecerá todas as instruções necessárias para que a nova empresa tenha condições de executar os serviços.

2.4 Estratégia de Independência Tecnológica

Não aplicável.

3 Estratégia para Contratação

3.1 Natureza do Objeto

Prestação de serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário, especificamente para os serviços relacionados à SAEM, com as atribuições já elencadas no subitem 1.2.1.

Os serviços a serem prestados são de natureza contínua, estendendo-se por mais de um exercício, respeitando-se o tempo legal de vigência permitida pela Lei de Licitações.

3.2 Parcelamento do Objeto

Tratando-se de objeto único, não há possibilidade de parcelamento.

3.3 Adjudicação do Objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A adjudicação será global do objeto a ser contratado, devendo ser realizada para um único fornecedor, dado que os serviços a serem contratados estão intrinsecamente relacionados.

3.4 Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deve ser realizada por meio de pregão eletrônico. Considerando que o presente objeto é de natureza comum, a licitação poderá ser realizada por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

3.5 Classificação e Indicação Orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor mensal
Movimentação de móveis.	02.122.0570.20GP.0042	3.3.90.39 -	R\$ 16.064,70
Total			R\$ 16.064,70

3.6 Vigência da Prestação de Serviço

O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/08/2022, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Considerando que a contratação poderá se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada, nessa hipótese, terá direito ao reequilíbrio econômico financeiro do ajuste.

3.7 Gestor da Contratação

O gestor do contrato será o titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993.

4 Análise de Riscos

RISCO 1: Licitação frustrada / não homologada em razão de recurso				
Probabilidade:	(X) Baixa 1	() Média 3	() Alta 5	
Impacto:	() Baixo 1	(X) Moderado 3	() Alto 5	
Nível do Risco	() Baixo 1*	(X) Médio 3-	() Elevado	() Extremo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(Probabilidade x Impacto):		5**	9-15**	25**
Danos potenciais:	Atraso na contratação			
Ação mitigatória 1:	Descrição rigorosa do objeto a ser contratado e observância meticulosa das circunstâncias que envolvem a licitação, como por exemplo, um prazo razoável para o procedimento licitatório.			
Recursos requeridos:	Recursos humanos já disponíveis no TRE/SC			
Responsável:	Equipe de planejamento e licitação			
Ação mitigatória 2:	Revisar todos os documentos necessários ao procedimento licitatório por equipe diferente da equipe de planejamento			
Recursos requeridos:	Recursos humanos já disponíveis no TRE/SC			
Responsável:	Equipe de planejamento e licitação			
Ação de contingência 1:	Repetição do procedimento licitatório			
Recursos requeridos:	Recursos humanos já disponíveis no TRE/SC			
Responsável:	Equipe de planejamento e licitação			
Gestor do Risco:	Coordenador de Infraestrutura e Serviços			

5 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares e considerando que os serviços de movimentação de móveis e equipamentos, e de pequenas manutenções em mobiliário são essenciais à continuidade da prestação dos serviços da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis da CIS, a equipe de planejamento considera viável a contratação desses serviços, por se considerar economicamente mais viável e atender as necessidades de proteção do patrimônio público.